

Nós versus Eles: A mídia como uma construção social e a estética da violência¹

Thaís Eleutério²

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Raphael Parreira³

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Resumo

Na contemporaneidade não há como negar o papel dos meios de comunicação social na vida em sociedade, principalmente, depois da reviravolta tecnológica – com o surgimento da televisão, das mensagens instantâneas, da internet, dos smartphones – que afetou intensamente a vida social no século XX. Os meios de comunicação passaram a desempenhar um papel ativo e transformador na constituição social que circunda a realidade dos sujeitos. Quando se fala da mídia como uma construção social que serve para dar sentido à vida cotidiana, acredita-se que ela se trata de um espaço que possibilita, por meios das representações, uma construção da dicotomia entre o “nós” e os “outros”. Neste contexto, o objetivo desse trabalho consiste em uma reflexão sobre as representações seletivas da violência no telejornal brasileiro. O caso específico selecionado para essa análise trata-se da chamada do Jornal Nacional, um dos com maior audiência, no dia 11 de setembro quando houve o ataque terrorista pelo grupo Al-Qaeda aos Estados Unidos.

Palavras-chave: Jornal Nacional, Estética da Violência; Ética; Sociedade; 11 de setembro

¹ Exemplo: Trabalho apresentado na DT 4 – Comunicação Audiovisual do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH), Mestranda em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

³ Bacharel em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Mestrando em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

A influência da mídia e sobre a mídia

Na contemporaneidade não há como negar o papel dos meios de comunicação social na vida em sociedade, principalmente, depois da reviravolta tecnológica – com o surgimento da televisão, das mensagens instantâneas, da internet, dos smartphones – que afetou intensamente a vida social no século XX (TODOROV, 2010). Essas tecnologias passaram a serem centrais no dia-a-dia dos indivíduos e por seus horários e gêneros, tornaram-se uma espécie de ordenação do cotidiano indo muito além da capacidade de fornecer recursos simbólicos dando complexidade e sentido ao cotidiano (SILVERSTONE, 2002a). Dessa forma, para se pensar no dilema ético-epistemológico levantado pela questão das representações seletivas e diferenciada da violência e necessário pensar sobre o papel social das mídias atualmente.

Os *mass media* funcionam como um processo de mediação entre os produtores de conteúdo e os receptores desses conteúdos, implicando no movimento de significados e de discursos. As tecnologias de informação e comunicação, na era da globalização, são um dos principais instrumentos que contribuem para supressão do tempo e espaço, entende-se que a mídia tem um papel preponderante no mundo. Hoje, sociedades distintas podem ser reconhecidas e compreendidas, mesmo que subjetivamente, suas construções sociais diferenciando claramente as condições de existência de várias sociedades e de diferentes segmentos dentro dessas sociedades (SILVERSTONE, 2002a).

Com isso, entende-se que as mídias são responsáveis pela significação e ressignificação de sentidos que circulam de um discurso para o “Outro”, em um movimento contínuo de engajamento e desengajamento de indivíduos. A mídia como um processo de mediação, determina como as pessoas interagem e atuam no mundo, como produtores e consumidores e como entendem o mundo (SILVERSTONE, 2002).

Sendo então as mídias elementos intermediários, ou seja, instrumentos mediadores, o que é reproduzido por meio delas não separa as pessoas da vida real, na verdade ela faz parte da construção social (SILVERSTONE, 2002b). Elas transmitem experiências, pois entre a produção e a recepção existe um lugar em que a cultura cotidiana se materializa. Os lugares interferem na forma como os conteúdos midiáticos são apreendidos como a competência cultural, a temporalidade social e a cotidianidade (WOTTRICH; SILVA; RONSINI, 2009).

Os significados mediados circulam em textos primários e secundários, através de intertextualidades infundáveis, na paródia e no pastiche, no constate replay e nos intermináveis discursos, na tela e fora dela, em que nós, como produtores e consumidores, agimos e interagimos, urgentemente procurando compreender mundo, o mundo da mídia, o mundo mediado, o mundo da mediação (SILVERSTONE, 2002b, p. 34).

Nesse sentido, pode-se afirmar que há, claramente, uma relação entre poder e as representações sociais nas mídias, sejam em obras ficcionais como filmes e séries ou não, como os telejornais. As representações estão diretamente conectadas à produção do saber social, tendo suas dimensões e consequências enraizadas na percepção da verdade, na circulação do poder e no estabelecimento da nossa conduta com o “Outro”.

Os indivíduos (o público) são atores ativos, coparticipes da representação em curso, mesmo com as limitações de sua oposição à ordem vigente. Devido a essas limitações, eles acabam por coadunar com essa ordem, que acarreta consequências permanentes, poderosas e até mesmo negativas. A falta de contestação, no que tange às representações, sobretudo, quando se trata de representações sobre o chamado “Outro”, *per si*, não transforma receptores em prisioneiros de uma ideologia dominante, mas cúmplices. Compreende-se, então, que a mediação remete a ambiguidades e paradoxos que mobilizam, também, a recepção. As representações sociais dentro da mídia são úteis, podem funcionar como uma organização do cotidiano, atribuindo às mídias a função social de manter o que não se reconhece, ou que não se quer reconhecer, distante (SILVERSTONE, 2002a).

A mediação é dialética, porque, embora seja perfeitamente possível privilegiar os meios de comunicação de massa como definidores e, talvez, determinantes de significados sociais, essa ênfase desconsideraria o engajamento criativo e contínuo que ouvintes e espectadores possuem com os produtos da comunicação massiva. A mediação é, também, assimétrica, precisamente porque o poder de operar com ou contra os significados dominantes ou profundamente enraizados que as mídias produzem é distribuído de modo desigual entre e nas sociedades (SILVERSTONE, 2002a, p.762 *apud* SERELLE, 2016, p.80)

O envolvimento das audiências com a continuidade dos significados e com a sua propagação possui, necessariamente, uma consequência moral e ética que é constantemente ignorada pelo público, que, em geral, se recusa a assumir responsabilidade sobre os efeitos da representação em jogo, principalmente quando se trata das relações com o “Outro”. O reconhecimento dessa relação é condição para

quaisquer críticas morais e éticas sobre a mídia, o que proporcionaria a capacidade de assumir responsabilidades pela mediação (SILVERSTONE, 2002a).

Nós versus Eles: A consciência de si e sobre o Outro

Para tratar das questões éticas que envolvem as representações sociais midiáticas e as relações entre o “eu” e o “Outro”, é necessário, inicialmente, refletir sobre a consciência dos sujeitos sobre si e sobre os “Outros”, ou seja, sobre a subjetividade do “ser”. Apesar de não ser objetivo central desse trabalho, tal discussão remete à própria ideia do que se entende como humano indo até a questão de como cada um se identifica a partir das normas e organizações sociais e políticas. Pode-se dizer que o sujeito é fruto de uma constituição social localizada em um determinado tempo e espaço que sempre estará em contínua transformação. Em outras palavras, é a realidade em que o sujeito está inserido, embora ela não seja absoluta, que faz que o indivíduo veja a si como acredita ser. Somente assim, a partir da construção dessa consciência de si que ocorre a diferenciação de quem é o “Outro”, o compreendendo “como aquele que não pertence aos meus” (REGO, 2014).

Quando eu estiver falando em subjetividade, estarei falando naquilo que faz com que as pessoas sejam o que elas são e com as relações que as pessoas estabelecem com esse ‘são’ que elas têm, com as relações que as pessoas estabelecem consigo mesmas. Dito de outra forma estou pensando que o ‘eu’, que a ‘pessoa’, não é um dado. Ele é tão construído quanto outros conceitos historicamente contingentes. O sujeito é aqui uma relação. A relação com esse eu historicamente constituído (REGO, 2014, p.25)

Quando se fala da mídia como uma construção social que serve para dar sentido à vida cotidiana, acredita-se que ela se trata de um espaço que possibilita, por meios das representações, uma construção da dicotomia entre o “nós” e os “outros”. As representações midiáticas auxiliam nessa diferenciação a partir da realidade social, política e história que permeia suas produções. Especialmente, se tratando de conteúdos como os programas de televisão objeto dessa pesquisa. Segundo Ricón (p.18 *apud* NERY. *et al.*, 2017, p. 2), “A televisão passou a classificar as maneiras de ver que são socialmente aceitas”. A televisão, desde que passou a ser algo cotidianamente presente na vida em sociedade, tornou-se, assim como seus efeitos, pauta de debates travados tanto na academia quanto em outros espaços sociais.

Inicialmente, esses debates eram focados apenas em questões sobre universalidades e generalizações que a visibilidade social da televisão poderia trazer,

além das identificações simplórias do seu papel nas transformações culturais e sociais, porém, com base no pensamento de Raymond Williams (2016), compreende-se que é preciso tomar a televisão dentro de um processo cultural e social mais amplo. É necessário, assim, analisar seu efeito a partir de um determinado contexto de produção e reprodução, levando em consideração aspectos como: as estruturas sociais; as intenções reais ou originais, que correspondem às práticas e desejos de um determinado grupo social; outras influências institucionais – como a família e a escola – sem as tomar separadamente; questões históricas e culturais. Dessa maneira passa-se a pensar os produtos culturais no contexto de uma totalidade social (WILLIAMS, 2016), onde nem a vida cotidiana nem as mídias são fenômenos exclusivos e singulares (SILVERSTONE, 2002).

Williams (2016) defende que é necessária uma investigação ampla sobre a relação entre a sociedade, as formas culturais, os meios de comunicação, a política, a economia e as tecnologias. Nessa perspectiva, a televisão é vista como um produto cultural. A partir da abordagem adotada por Williams (2016), entende-se que as séries de televisão, como programas televisivos e como produções culturais, são uma materialização de valores e práticas de uma determinada sociedade. Vistas desse modo torna-se possível compreendê-las como formas de concretizar esses valores e práticas sociais e de se fazer ver o que se pensa.

A TV seja é espelho da sociedade, porque ela se vê através da televisão, que oferece uma representação de si mesma. E ao fazer a sociedade refletir-se, a televisão cria não apenas uma imagem e uma representação, mas a oferece a todos aqueles que a assistem simultaneamente. Ela é, além disso, um dos únicos exemplos em que essa sociedade se reflete. Permitindo que cada um tenha acesso a essa representação. (...) trata-se, portanto, de um laço social tênue, menos forte e menos limitador do que as situações institucionais ou as interações sociais. Mas a força da televisão como laço social vem justamente do seu caráter ao mesmo tempo ligeiramente restritivo, lúdico, livre e especular. É também nisso que ela se mostra adequada a uma sociedade individualista de massa, caracterizada simultaneamente por essa dupla valorização da liberdade individual e da busca de uma coesão social (WOLTON, 2006, p. 124).

A estética da violência

É notório que a exposição da violência, principalmente para casos de distinções como “nós” e o “Outro” funciona como vetor não apenas para elaborações de estereótipos culturais, mas ainda como representação estética e criação de um padrão, o padrão estético da violência. Partindo desse pressuposto, alguns estudiosos vão perceber essa forma de estetização como um mecanismo usado por certos autores para fazer com que o leitor ou

espectador de respectiva obra fique mais “preso” em suas cenas e passagens, tornando-se um *voyeur*. Esse voyeurismo é presente em meios de comunicação, em especial nas programações televisivas, por meio de imagens que mostram violência.

Desse modo, infere-se a existência de uma certa estetização como recurso usado por certos meios para fazer com que o leitor ou espectador fique mais concentrado nas cenas e passagens que vê ou lê, tornando-se um *voyeur*. Esse voyeurismo presente em meios de comunicação, em especial nas programações televisivas, por meio de imagens que mostram violência transfigura-se, como afirma Belloni (1998), numa espécie de tratamento visual da violência midiática, “o hábito, a inércia e certa complacência distraída transformam o telespectador em *voyeur* participante que se diverte”. (BELLONI, 1998, p.43). Apesar da estética da violência dentro da mídia, Fernandes (2007) destaca que essa veiculação de notícias repercute, de alguma forma, dentro da vida cotidiana do indivíduo e a soma dessa espetacularização violenta faz com que o público a veja com certa naturalidade. Talvez os meios midiáticos legitimem a banalização da violência, fazendo com que a sociedade a encare de forma passiva uma vez que a hostilidade tenha alto grau de interatividade com o sujeito tanto na vida real e ficcional.

Acredita-se, que isso se deve graças à interatividade eletrônica. Esta seria responsável por fazer com que essa estética da violência aumente e conquiste cada vez mais públicos, em especial jovens, que entre seus gostos pessoais estão “vídeo-programas, música em altas doses de decibéis e de filmes como *Pulp Fiction* (Tempo de Violência), do diretor Quentin Tarantino”. (BELLONI, 1998, p. 43). De acordo com Fernandes (2007), os telespectadores jornais não se chocam, principalmente, pelo fato da violência ser tratada como algo normal em nosso cotidiano - através dos noticiários e porque todos os desfechos da maioria das histórias contadas no cinema seguem por caminhos naturais, que se utilizam do grotesco e do acaso. Como por exemplo, no atentado de 11/09 possivelmente foi a curiosidade e a característica do voyeur que mobilizaram a audiência, mas não a violência de fato. A novidade inserida pelo ato terrorista, algo pouco pautado para o público na época e pela dimensão do ocorrido, promoveram o foco das pessoas. As priorizações de tomadas, cortes e edições no atentado surpreendeu o povo pelo novo, estetizando a violência, e fazendo com que o espectador se encha de curiosidade. Mas, com o passar dos anos, onde as manifestações terroristas se tornaram hábito noticiário em blocos jornalísticos, a situação de comodidade e banal se projetou para as pessoas, em suma. Essa estética da violência “é uma das fórmulas de

maior sucesso da TV e do cinema pós-TV” (BELLONI, 1998, p.44). Os números de audiência e bilheteria comprovam “o sucesso da violência como estilo estético e como símbolo ou metáfora do mundo contemporâneo”. O telespectador já não se assusta mais com as cenas de violência e que em alguns casos acaba achando engraçadas determinadas situações (BELLONI, 1998).

A partir desse pressuposto, percebe-se que a construção da violência na TV e a maneira como a mesma pode ser percebida como forma de espetáculo, pode ser usada para a construção de uma grande audiência, construindo um verdadeiro ‘circó’, como disse Pereira (2000). Para Marcondes Filho (1993), a indústria cinematográfica investe muito dinheiro em filmes que tem como meta central a violência por ser um gênero que vende e atrai variadas plateias, fazendo dela uma mercadoria, ao estimular a carga de adrenalina para as pessoas, em especial os adolescentes. Mas isso não significa que seja prejudicial ao cinema ou a qualquer arte, já que a tematização da violência tem proporcionado grandes obras.

A Representação Seletiva da Violência

Como se pode perceber, a mídia como um instrumento de mediação desempenha uma enorme influência na vida cotidiana das pessoas. Ela cria e propaga significados, identidades, realidades. Além disso, como construções sociais, ela auxilia, de acordo com o local que está inserida, os sujeitos a reconhecerem a si mesmos e os “Outros”. Dessa forma, pode-se dizer que as representações midiáticas são operações de poder, pois apesar de não decidir unilateralmente as condições que determinados grupos irão aparecer ela o faz. Principalmente quando se trata de temas como a violência sobre perda de vidas ou sobre vidas lesadas. A violência, em suas mais diversas formas, tem sido objeto das coberturas jornalísticas por todo o mundo. Desde guerras, tiroteios, violência doméstica, brigas, assaltos, em todos os jornais nacionais ou internacionais terá uma matéria que abarca a violência. Essa representação massiva da violência é algo que deve ser levado em consideração, ainda mais no caso brasileiro onde cerca de 30% a 80% das notícias falam sobre algum tipo de violência e apresentam alguns estereótipos, classificando quem são os “mocinhos” e “bandidos” (CALDEIRA, 2007).

Tais ponderações levam a reflexão sobre a ética na relação com o chamado “Outro” e sobre como as representações sociais, em um mundo extremamente globalizado e midiático, pode impedir que se tenha uma vinculação ética com a alteridade e, principalmente, com aqueles a que Butler (2009) chama de “pessoas marcadas por vidas

precárias”. Essa problemática deriva-se muito da possibilidade de humanização e desumanização que essas representações apresentam. Para entender esse processo de humanização e desumanização, a autora fala sobre a necessidade de apreender uma vida. É necessário que o “Outro” seja entendido também como um “ser humano”. Apreender é um ato menos preciso que implica em reconhecer que o “Outro” existe mesmo que sem pleno conhecimento (BUTLER, 2009). Essas possibilidades, assim, demandam que se tenha uma responsabilidade com a forma que se representa o “Outro”. Lévinas (1988) apresenta uma importante discussão sobre a temática e também é utilizado por Butler (2009) para sustentar sua reflexão.

Na relação com o rosto eu sou exposto como um usurpador do lugar do outro. O celebrado “direito de existir” que Spinoza chamou de *conatus essendi* e definiu como o princípio básico de toda inteligibilidade é desafiado pela relação com o rosto. Consequentemente, meu dever de responder ao outro suspende meu direito natural de autopreservação, *le droit vitale*. Minha relação ética de amor pelo outro está enraizada no fato de que o eu [self] não pode sobreviver sozinho, não pode encontrar sentido apenas em sua própria existência no mundo... Expor a mim mesmo à vulnerabilidade do rosto é colocar meu direito ontológico de existir em questão. Em ética, o direito do outro em existir tem primazia sobre o meu, uma primazia condensada no decreto ético: Não matarás, não colocarás em risco a vida do outro (LÉVINAS *apud* BUTLER, 2009, p.17).

Para Lévinas (1988), a responsabilidade, entendida como a responsabilidade pelo “Outro”, deve ser vista como uma estrutura essencial da subjetividade. A responsabilidade com o “Outro” é uma questão ética que preserva a alteridade, é a resistência ética a presença do infinito. De acordo com Carrara (2012, p.35), “a relação ética é a única capaz de se dirigir ao Outro em sua exterioridade absoluta”.

No caso brasileiro, os telejornais e suas representações evidentemente possuem uma importância na vida cotidiana que não pode ser desprezada. Segundo pesquisa realizada pela agência de notícia Reuters (2008), além de se identificar a importância e a centralidade da televisão na sociedade brasileira constatou-se que para 60% dos brasileiros o telejornal consiste em sua principal fonte de informação. Percebe-se então, que os telejornais representam, assim como a família, a escola e a religião, um lugar de referência e de estabilidade. Contudo, chama-se atenção que, no caso específico dos telejornais brasileiros, a sua importância ultrapassa a questão de ser um lugar de referência, pois eles também estão relacionados a fatores econômicos e sociais. Por essa

razão deve-se considerar o interesse das emissoras e seus compromissos com a venda, com o lucro e com a vida política (VIZEU;CORREIA, 2008).

O 11 de setembro: O caso do Jornal Nacional

Os atentados da manhã de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, marcam uma nova fase não só na vida dos estadunidenses, mas também de todos os países do Oriente Médio. A essas populações ficou explicitada a existência de uma divisão do mundo. Novamente, como em outros momentos da história mundial, houve uma demarcação clara de quem pertence à sociedade internacional, ou seja, quem está ao lado dos EUA, como seus aliados ‘civilizados’ e contra os ‘incivilizados’, ‘bárbaros’, ‘radicais religiosos’ (BOWDEN, 2002). Os atentados consistiram no sequestro de aviões domésticos em território estadunidense que levaram à derrubada de dois dos maiores prédios do mundo e da destruição de um setor do Pentágono pelo grupo terrorista afegão Al Qaeda. A importância desse evento se dá pelo símbolo de tais edifícios: o complexo do World Trade Center (conhecido como as torres gêmeas), um dos principais centros financeiros do mundo que contavam com cerca de 40 mil pessoas e 430 empresas de 28 nacionalidades distintas; e o Pentágono, departamento de defesa e centro da inteligência estadunidense. Além disso, tais atentados representava um embate cultural e religioso que há muitos anos vinha sendo uma das principais causas de conflitos internacionais.

As mídias, por sua vez, contribuíram para a disseminação da ideia de que os atentados de 11 de setembro não foram somente um ataque aos estadunidenses, mas um ataque contra todo o mundo civilizado. O jornal *The Independent*, de Londres, afirmou que os terroristas só venceriam se as nações civilizadas abandonassem os valores civilizados (BOWDEN, 2002). Após o 11 de setembro, representações sobre o islamismo e os árabes reforçaram a sensação de alteridade inacessível, a ponto de criar ansiedade nas populações que não são islâmicas e árabes e legitimar a sua repressão. “O domínio de tais imagens e a ausência de contextualizações sustentam poderosamente uma cultura de suspeita e hostilidade, na qual os julgamentos que levem em consideração o Outro se tornam impossíveis” (SILVERSTONE, 2002b).

Primeiramente, acredita-se ser necessário fazer uma contextualização sobre o telejornal em questão. Ao partir da premissa que a mídia é uma espécie de espelho da sociedade e que a mesma locada em seu tempo e espaço determina a percepção do sujeito sobre si e sobre os “Outros”, o contexto se torna extremamente pertinente. O Jornal

Nacional, segundo o site oficial⁴, é um telejornal criado em 1969 que tinha como objetivo transmitir notícias para o país inteiro de forma clara e concisa no período da noite quando a maior parte dos brasileiros está em casa. O programa é transmitido pela Rede Globo de televisão, uma das maiores emissoras de televisão do Brasil e também das mais polêmicas pela conduta de seus dirigentes frente ao golpe militar de 1964 e sobre o seu posicionamento político até os dias atuais. Inclusive, uma das maiores críticas a emissora é o seu alinhamento político/ideológico com os Estados Unidos.

Na chamada do telejornal escolhido para essa análise, com um minuto e vinte três segundos, inicialmente, os dois apresentadores começam a narrar o acontecido dando ênfase à importância dos Estados Unidos e dos edifícios derrubados. Eles utilizam frases de impacto como: “uma terça feira que vai marcar a história da humanidade” e “a maior potência do globo é alvejada pelo terror”. Além disso, mostram cenas dos prédios em chamas, pessoas se jogando do prédio de 417 metros de altura e das ruas cobertas por destroços. Em seguida, eles falam sobre a comemoração dos palestinos pelos atentados e mostram cenas de Cabul (capital do Afeganistão) sendo atacada antes de darem início ao jornal.

A primeira questão a se levar em consideração é a escolha de palavras que os apresentadores utilizam para iniciar a chamada. Eles usam adjetivos que potencializam a força da notícia, palavras de impacto como recursos para chamar atenção dos telespectadores para uma suposta magnitude do evento. Nesse primeiro momento, percebe-se a importância e o status que o jornal atribui aos Estados Unidos como a maior potência mundial. Não subestimando o impacto do evento, mas a chamada inteira é somente sobre os atentados do 11 de setembro enquanto em outros eventos tão dramáticos quanto, como o caso da recente guerra da Síria, o Jornal não conferiu tanta importância.

A questão seguinte, e também central para esse trabalho, é o momento em que apresentam cena dos palestinos comemorando os ataques, o desespero dos estadunidenses presos no edifício e o início da ofensiva no Afeganistão como pode ser visto nas imagens a seguir.

⁴ Para mais informações vide: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/>

Figura 1 – Palestino comemoram os ataques



Fonte: Jornal Nacional (Rede Globo)

Figura 2 – Pessoas presas dentro do World Trade Center



Fonte: Jornal Nacional (Rede Globo)

Figura 3 – Ataques em Cabul



Fonte: Jornal Nacional (Rede Globo)

Na primeira imagem, referente à comemoração dos palestinos, percebe-se uma grande complexidade no que está sendo representado. Sem o contexto histórico do papel dos Estados Unidos em apoiar o Estado de Israel contra a existência da palestina a anos, as imagens apresentam certa “barbaridade”, ou seja, crueldade e desumanidade do povo árabe/muçulmano com as mortes e destruição. Para além disso, essa representação deixa claro uma distinção entre quem são os “nós” e os “eles”, sendo que o jornal enquadra o Brasil como pertencente do grupo dos nós. Sob esse aspecto, evidencia-se tanto a conveniência do discurso do jornal em representar o povo brasileiro como parte integrante do grupo civilizado e o lugar que cada sujeito ocupa no mundo. Todorov (2010, p.25) apresenta uma conceitualização histórica do termo bárbaro bastante pertinente para essa percepção,

Como se sabe, o termo [‘bárbaro’] vem da Grécia Antiga, sociedade em que ele tinha um uso comum, em particular, após a guerra contra os persas. Era utilizado em oposição a outro vocábulo e, conjuntamente, eles permitiam dividir a população mundial em duas partes iguais: os gregos – portanto “nós” – e os bárbaros, ou seja, “os outros”, os estrangeiros. Para reconhecer a filiação ao primeiro ou ao segundo grupo, fazia-se referência ao domínio da língua grega: os bárbaros eram, então, todos aqueles que não a compreendiam, nem a falavam ou que a falavam incorretamente.

Ao serem apresentadas imagens do desespero das pessoas que estão presas dentro do World Trade Center, algumas se jogando do prédio e outras pessoas nas ruas chorando e correndo, em meio à confusão de ambulâncias e carros policiais, as representações no telejornal, contraditoriamente à desumanização dos povos do Oriente Médio, já tem o intuito de demonstrar o sofrimento e as dimensões trágicas para a vida humana dos eventos. Desenvolve, assim, um processo de humanização dos estadunidenses, provocando comoção e identificação do público com aquelas pessoas. Em contrapartida, ao apresentar cenas dos primeiros ataques a Cabul, eles simplesmente mostram a cidade de longe com bombas no céu, que facilmente seriam comparadas a estrelas cadentes, sem a presença de qualquer explosão e sem os efeitos causados nas pessoas (TODOROV, 2010). Ao mostrar as barbaridades dos “Outros”, o jornal acaba por também se colocar em um lugar de barbárie, apresentando indiferença em relação à humanidade e às vidas inocentes que estão sendo assoladas pelo bombardeamento.

Evidentemente, para uma equipe jornalística entrar em uma zona de conflito pode ser extremamente perigoso e essa pode ser a justificativa pelas imagens mostrarem distância. No entanto, a escolha de palavras e a opção por não mostrarem outras imagens

como o do conflito na Palestina, demonstra a opção por manter esse distanciamento. Há também que se ponderar que muitos jornalistas, em prol da notícia, vão às localidades mais perigosas para obter relatos. Essa busca pela verdade, pela opinião dos afetados sobre o ato de terror do grupo Al Qaeda não é perceptível. Dessa maneira, com esse enquadramento, parece que todos coadunam com a atitude e merecem o sofrimento. Essa perspectiva, apesar de não ser foco desse trabalho, leva a outros questionamentos éticos relativos à proporção dos ataques. O fato de o grupo Al Qaeda ter cometido atentados terroristas implica na necessidade de se atacar todo um país? Vidas perdidas devem ser pagas com outras vidas? Essas problemáticas não são levantadas muito pela percepção de distância, tanto física quanto cultural, e pela falta de apreensão da precariedade dessas vidas, como afirma Butler (2009).

Nesse momento há claramente uma desumanização dos povos árabes e muçulmanos onde se pode ver o enquadramento seletivo da violência que impede a apreensão dessas vidas como perdidas ou lesadas. Para apreensão da precariedade dessas vidas seria necessário reconhecer a potencialidade da violência e a vulnerabilidade das pessoas, o que as imagens não permitem (BUTLER, 2009). O “Outro” personificado pelos árabes e muçulmanos que passaram a serem tratados como terroristas, passaram a ser o “mal em si”. O discurso do jornal, por meio das suas molduras para as representações, auxiliou a demonização do “Outro”. A demonização é um importante recurso para que o “Outro” seja desumanizado, pois, em princípio, ninguém será favorável à existência do que é mal. Essa discussão se faz extremamente pertinente, pois o termo desumanização, atualmente, tem tido papel de destaque nas pesquisas sobre conflitos internacionais (REGO, 2014).

No entanto, é preciso ressaltar que o processo de desumanização do “Outro” depende de um processo simultâneo de humanização do “nós”. Como já ressaltado, isso pode ser percebido nas cenas que mostra as vítimas dos atentados nos Estados Unidos, diferentemente das cenas de Cabul, essas cenas apresentam rostos, corpos, emoções, levando o telespectador a se identificar com o que está sendo visto. Esse movimento colabora para intensificar a noção de os Outros são serem inferiores, incivilizado (REGO, 2014).

Algumas considerações finais

As representações feitas pela mídia, em seu papel de instrumento mediador, têm reverberação na sociedade e em como os sujeitos enxergam a si próprios e os Outros. Essa

delimitação da diferença, sustentada pela própria audiência e pela estetização da violência que coaduna com essas representações, influencia a marginalização de certos grupos. Especialmente, no que tange o enquadramento da mesma. Como foi possível perceber no caso analisado, a violência dos atentados nos Estados Unidos e a violência enfrentada pelos povos do Oriente Médio tiveram representações distintas. Essas representações delimitaram certo grau de humanidade e desumanidade para ambos os povos e qual grupo é considerado o civilizado e qual não é.

Acredita-se que essas representações possuem grande impacto nas relações políticas e sociais de tais povos. A violência sofrida no Oriente Médio, tanto por parte dos grupos radicais da própria região quanto por parte da ofensiva ocidental, é tratada como necessária e apenas como uma resposta a sua incivilidade. Não há um comprometimento ético com a alteridade, que implicaria na representação também do sofrimento do diferente, dando mais complexidade ao conflito. A demonização e, por consequência, a desumanização desses povos permitem que as pessoas não apreendam sobre a precariedade da vida dos povos árabes e muçulmanos e sobre a suas vulnerabilidades. Dessa forma, eles, entendidos como sendo o “mal”, levam as pessoas (o público) a não reivindicar o direito a proteção à vida e de pertencimento social que esses povos também têm (BUTLER, 2009). Assim, percebe-se que essas representações seletivas da violência se encontram como uma das grandes questões éticas que envolvem a comunicação audiovisual.

Contudo, essas são indagações que não se limitam ao caso estudado. As representações de árabes e muçulmanos tem tido conotação pejorativa há muitos anos como o autor Edward Said (1990) afirma. Inclusive, essa conotação a muito tem servido para interesses políticos, econômicos e sociais e gradativamente tem se tornado alvo de pesquisas e reflexões éticas como problemática.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Editora Jorge Zahar, 1999.
- BELLONI, Maria Luiza. Estética da violência. Comunicação & Educação, São Paulo, n. 12, p. 43-48, aug. 1998. ISSN 2316-9125. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36357>>.
- BOWDEN, Brett. Reinventing imperialism in the wake of September 11. ARTS-CULTURE, Daily Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/reinventing-imperialism-in-the-wakeofseptember-11.aspx?pageID=438&n=reinventing-imperialism-in-the-wake-of-september-11-200207-26>.

BUTLER, Judith. Quadros de Guerra. Editora Civilização Brasileira, 2009.

CALDEIRA, Priscila. A Violência nas “Capas” dos jornais diários brasileiros. Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança. N.2, 2008. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/1080/968>

CARRARA, Ozanan. Ética e Ontologia em Emmanuel Lévinas. Revista Estudos Filosóficos. 2012. Disponível em: <http://studylibpt.com/doc/1601926/%C3%A9tica-e-ontologia-em-emmanuel-1%C3%A9vinas>

FERNANDES, Rafael. A violência cotidiana de Pulp Fiction: O grotesco da televisão e o pânico da informação. 2007, pp. 12-20 disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/12027216/A-violencia-cotidiana-de-Pulp-Fiction-por-Rafael-Potenza#scribd>>.

LEVINAS, Emmanuel. A responsabilidade por outrem. In: Ética e infinito: diálogos com Philippe Nemo. (E.I). (1982). Tradução João Gama, Lisboa – Portugal, Edições 70, 1988, Capítulo VIII, p.87-93.

MARCONDES FILHO, Ciro. Televisão a vida pelo vídeo. Editora Moderna, 1993.

NERY, A; BARBORA, I; ALMEIDA, V. Espetáculo e Estereótipo: uma análise do quadro “De Volta Pro Meu Aconchego” do programa do Gugu. 2017. Disponível em: <http://bocc.unisinos.br/pag/nerly-barbosa-almeida-espetaculo-e-estereotipo.pdf>. News. 2002.

REGO, Patrique Lamounier. Caminhos da Desumanização: Análises e Imbricamentos Conceituais na Tradição e na História Ocidental. 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17549/1/2014_PatriqueLamounierRego.pdf
Rio de Janeiro. Ed., 1999.

SAID, Edward. Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente. Companhia das Letras. São Paulo. 1990.

SERELLE, M. A ética da mediação: aspectos da crítica da mídia em Roger Silverstone. Revista Matrizes, São Paulo. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/119986/117262>.

SILVERSTONE, R. Por que estudar a mídia? 2002a.

SILVERSTONE, R. Complicity and Collusion in the Mediation of Everyday Life. Mm Literary History, 2002b.

TODOROV, Tzvan. O Medo dos Bárbaros – Para além do choque das civilizações. Editora Vozes, Rio de Janeiro. 2010.

VIZEU, Alfredo Eurico; CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, Alfredo Eurico (org.). A sociedade do telejornalismo. Petrópolis: Vozes, 2008.

WILLIAMS, R. Televisão: tecnologia e forma cultural. Editora Boitempo, São Paulo. 2016.

WOLTRICH, Laura; SILVA, Renata; RONSINI, Veneza. A perspectiva das mediações de Jesús Martín Barbero no Estudo da Recepção de Telenovela. 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1712-1.pdf>